



# Anais da Assembléia

Nº 18

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 15 DE MARÇO DE 1994

ANO XX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB** - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - ● Oswaldo Trevisan - ● Luiz Henrique Bona Turra - ● Nereu Alves de Moura; **Suplentes**: - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 10: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN**: José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** - 08: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes**: Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** - 10: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes**: Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** - 02: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes**: Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes**: Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes**: Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO** - 02: Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados**: Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado. (●) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 15.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 1994

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademair Traiano, Alceu Swarowski, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, João Iensen, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Severino Félix, Toti Colaço, Valderi Mendes Vilela e Rossoni (42). Achado-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Dalton Machuca, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Heinz Herwig, João Preis, José Alves, Nereu Alves de Moura, Plauto Miró Guimarães e Renato Adur (11). Em licença o Sr. Deputado Colombino Grassano (01.)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo expediente a ser lido, ~~passa-~~ Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/94, de autoria da Comissão Executiva, que aprova o nome do Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, para o

cargo de Procurador-Geral de Justiça. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Especial.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aprovado o nome do Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto para ocupar o cargo de Procurador-Geral de Justiça, com mandato de dois (02) anos, contados a partir da data da posse, tendo em vista o disposto pelo Art. 116, da Constituição do Estado e, ainda, o estabelecido pela Lei nº 9.199, de 18 de janeiro de 1990.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.94

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO ESPECIAL PARA APRECIAR A INDICAÇÃO, FEITA PELO SR. GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, DO DR. OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO

P A R E C E R:

Encaminha-se a esta Comissão Especial, o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/94, que aprova a indicação do Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, para assumir o cargo de Procurador-Geral da Justiça do Estado do Paraná, em conformidade com o art. 116, da Constituição Estadual, bem como na forma da Lei nº 9.199, de 18 de janeiro de 1990.

Procedida a oitiva do indicado, e no que concerne a esta Comissão, constatou-se não haver qualquer impedimento, no sentido de que a indicação seja apreciada pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.03.94

(aa) NEIVO BERARDIN

RENATO ADUR

NELSON GARCIA

EMILIA BELINATI

HERMAS BRANDÃO

PROPOSTA E PROGRAMA INSTITUCIONAL

Como se sabe, as recentes inovações ao nosso ordenamento jurídico fizeram por configurar o Ministério Público instituição de primeira grandeza, elevando em dignidade a atuação de seus agentes e convocando-os como efetivos defensores da sociedade.

Os avanços institucionais do Ministério Público, entretanto, não são obras do acaso (ou produzidos por alguns poucos), mas sim forjados na luta cotidiana e dedicação de todos os seus membros, determinantes da credibilidade de afinal obtida junto à Nação.

Não há dúvida de que o Ministério Pú-

blico veio a alcançar, especialmente em razão da disciplina inserta na Constituição de 1988, o poder inerente às instituições que são independentes e autônomas. A preocupação, agora, deve restar centrada na maneira pela qual iremos operar o exercício democrático de tal poder, a fórmula de um atuar permanentemente em proveito da maioria de nossa população, que hoje se encontra à margem dos benefícios produzidos pela sociedade e afastada da possibilidade de vida digna.

Para esse propósito, imprescindível seja traçada uma política institucional visando estabelecer uniformidade e eficácia de atuação, respeitando-se, como é básico o princípio da autonomia funcional.

No contexto das diretrizes e prioridades eleitas exsurge patente uma base teórica ideologicamente bem definida: o compromisso do Ministério Público na busca da isonomia material e conseqüente opção preferencial em favor dos que estão impedidos do exercício dos direitos elementares à cidadania.

Tal opção ideológica, que afasta pretensa neutralidade cuja tendência e destino sempre é a manutenção do "status quo" vigente, não implica, frise-se, em postura de subversão aos ditames da Justiça, mas, exatamente ao contrário, corresponde isto sim ao cumprimento de dever institucional inscrito nas Constituições e na legislação ordinária.

O Ministério Público, interagindo articuladamente com os segmentos organizados da sociedade civil, deve se constituir em importante instrumento transformador de nossa realidade social, colaborando para o alcance de um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que é o de instalar uma sociedade livre, justa e solidária, erradicadas a pobreza e a marginalização.

Com isso, ratifica-se o entendimento de ser o Ministério Público fornecedor de um serviço de cunho social, interferindo sempre com maior ênfase para a satisfação do interesse público primário, que é precisamente o da sociedade, em consonância com a preservação do patrimônio público, que a ela pertence.

Urge, para tanto, dotar nosso Ministério dos correspondentes mecanismos de suporte institucional e funcional que viabilizem, na prática, a política estabelecida, evitando persistam seus membros agindo pessoal e isoladamente ao desincumbirem-se de seus misteres.

Na perspectiva da abertura de espaços para intervenção de todos os membros da nossa Instituição e diante das manifestações provenientes de todas as regiões do Estado (que recentemente percorremos levando a cabo a proposta de unidade e par-

ticipação), faz-se agora a apresentação de programa - e compromisso - destinado à materialização de um almejado novo Ministério Público, e que abarca um plano de ação institucional e de estrutura interna, bem como metas prioritárias por área de atuação, integrado por segmentos de atividade a seguir expostos.

## I - METAS E BASES

### 1. Plano de ação institucional

Priorizar esforços no sentido da aprovação de nossa Lei Orgânica Estadual (que aguardamos desde 1981) e de sua imediata implementação prática.

Enfatizar a utilização dos inquéritos civis e das ações civis públicas para a promoção e realização dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos.

Privilegiar medidas de caráter preventivo, de modo a, investindo na erradicação das causas de situações crônicas, superar tradicional atuação reflexa, de se agir apenas quando provocado pelo fato já consumado.

Proceder permanente investigação dos problemas advindos de fenômenos com caráter regional ou estadual, elaborando-se programas de atuação conjunta e homogênea para o seu enfrentamento, sem, obviamente, violação aos princípios da independência funcional e do promotor natural.

Estabelecer estreito relacionamento com os meios de comunicação social, propiciando difusão para a sociedade de imagem correta do Ministério Público, informando-se principalmente quanto a importância da Instituição e de seus serviços, bem como explicando à população a gestão judicial e extrajudicial que faz dos interesses públicos. Criação de veículo que divulgue periodicamente, as ações administrativas e institucionais.

Acompanhar o processo legislativo pertinente a matérias de relevância social ou institucional e, em situações específicas, colaborar na formulação de tais textos legais. Interferir para que, a cada nova atribuição estabelecida ao Ministério Público, sejam previstos os recursos humanos e materiais necessários ao regular desempenho da respectiva função.

Criar Centros de Apoio Operacional nas áreas de proteção ao meio ambiente, consumidor, patrimônio público, direitos constitucionais, segurança e saúde do trabalhador, criminal, execução penal, cível, eleitoral e reparação do dano resultante de crime, não só como instâncias de auxílio aos Procuradores e Promotores de Justiça, mas, principalmente, como órgãos de planejamento institucional e encarregados de promoverem nossa integração e intercâmbio.

bio com entidades públicas ou privadas atuantes em áreas afins.

Colaborar no processo de organização e participação popular, estabelecendo maior proximidade com a sociedade civil e estimulando a criação de instâncias de controle social, como, entre outros, os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos de Saúde, Conselhos de Educação, Conselhos de Assistência Social, assim também aqueles que fiscalizem a aplicação de recursos públicos.

## 2. Plano de estrutura interna

Concretizar as Procuradorias e Promotorias de Justiça enquanto instâncias administrativas, com a criação de cargos necessários, espaço físico adequado, racionalização das atividades funcionais e implantação dos correspondentes serviços de apoio.

Ampliar o número de Procuradores e Promotores de Justiça, criando-se cargos para as Promotorias Especializadas e, assim, evitando o desfalque em outros órgãos de execução.

Instituir o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, conforme previsão do art. 35, da Lei Orgânica do Ministério Público, visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros da instituição, de seus auxiliares e funcionários. Transformação da Escola Superior do Ministério Público em fundação, ampliando seu rol de atividades e atuando também em complementação ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, máxime no que concerne à captação de recursos para atividades técnico-culturais.

Aparelhar adequadamente a Coordenadoria de Recursos, reconhecida sua importância inclusive na formação de jurisprudência acolhedora de nossos avanços institucionais, principalmente no que tange à legitimidade do Ministério Público para a defesa dos interesses coletivos e difusos.

Elaborar proposta orçamentária verdadeiramente técnica, capaz de materializar o princípio da autonomia financeira do Ministério Público e suficiente não só para as despesas de pessoal e custeio, mas, principalmente, para a expansão dos serviços institucionais, inclusive no que tange a espaço físico próprio e adequado.

Estruturar a atividade-meio do Ministério Público, estabelecendo sua organização geral, as atribuições dos diversos órgãos administrativos e de seus funcionários. Encaminhar mensagem legislativa destinada à ampliação do quadro e estabelecimento de plano de cargos e salários. Dotar a Instituição de um quadro de serviços auxiliares, capaz de atender às necessidades das Procuradorias e Promotorias de Justiça, tanto em áreas técnicas de pesquisas e

perícias quanto na execução de tarefas de datilografia e outras que consomem o tempo dos agentes ministeriais.

## 3. Política salarial

Gestionar, de forma integrada com a associação de classe, na esfera político-administrativa e judicial, para a defesa da justa e condigna remuneração dos agentes do Ministério Público, não transigindo a respeito das verbas já incorporadas e dos princípios e critérios que norteiam os reajustes, principalmente a paridade com a magistratura.

## II. OBJETIVOS PRIORITÁRIOS POR ÁREA DE ATUAÇÃO:

### Área criminal

Priorizar o combate a tipos específicos de crimes, tais como os delitos contra a vida, sonegação fiscal, contra a administração pública, tráfico e difusão de entorpecentes, dando-se maior ênfase ao combate à chamada criminalidade do colarinho branco, que hoje, de regra, escapa a toda investigação e punição oficial.

Imprimir celeridade na apreciação dos crimes imputados a Prefeitos Municipais, assim como nas demais hipóteses de foro privilegiado.

Interferir no sentido da imediata instalação dos Juizados Especiais para os delitos de menor potencial ofensivo, dando-se efetividade ao instituto da transação e reavaliando-se, de maneira ampliada, o princípio da obrigatoriedade da ação penal pública.

Proceder ao efetivo acompanhamento da execução das penas e medidas de segurança. Estimular a criação dos Conselhos da Comunidade, previstos na Lei de Execuções Penais, bem como a implementação das Casas do Albergado. Fiscalizar a correta aplicação dos recursos destinados ao Fundo Penitenciário.

Instituir mecanismos para a efetivação do controle externo da atividade policial. Fiscalizar a destinação dos bens e produtos advindos de práticas criminosas, especialmente aqueles relativos ao tráfico e difusão de entorpecentes.

### Área cível

Incrementar a fiscalização das Fundações, bem assim de todas entidades que sejam beneficiadas com subvenções sociais.

Prestar, mesmo que em caráter supletivo, assistência judiciária gratuita aos necessitados, inclusive nos casos de alimentos, investigação de paternidade e reparação do dano resultante de crime.

Criar, na esfera da Falência, Concorrida e Fazenda Pública, órgão funcional congregando a Procuradores e Promotores de

Justiça que atuam no setor, de modo a obter-se, sempre que possível, uniformização do posicionamento da Instituição a respeito de casos relevantes, bem como sobre regras de atribuição, respeitando-se a independência funcional.

#### **Áreas de defesa dos direitos constitucionais**

Desenvolver esforços no sentido de impedir que os direitos políticos, sociais e econômicos consagrados na Constituição acabem postergados ou transmutados em meras declarações retóricas.

Velar para que haja, por parte dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública, o respeito aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas administrativas ou judiciais necessárias a sua garantia.

Zelar pela efetivação das políticas sociais básicas, especialmente de educação, saúde, saneamento e habitação, bem assim das políticas sociais assistenciais, em caráter supletivo, para quem delas necessite.

Adotar medidas administrativas e judiciais necessárias à preservação dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade dos atos da administração pública, assim como da garantia de acessibilidade aos cargos públicos, sem qualquer tipo de discriminação.

Intervir, em razão de evidente interesse público, nos feitos que digam respeito a questões fundiárias significativas, verificando, em especial, o atendimento ao princípio constitucional da função social da propriedade.

Impedir práticas discriminatórias em razão de origem, raça, sexo, cor, idade, credo religioso ou convicção política.

Fiscalizar a correta aplicação do percentual mínimo da receita resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

#### **Área de defesa da criança e do adolescente**

Influir para a imediata e correta definição das políticas estadual e municipais de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, adotando as medidas necessárias para que, em todos os municípios, sejam criados e instalados os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e os Tutelares.

Intervir no sentido de restarem implementados os programas e serviços a que aludem os arts. 101, 112 e 129, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Provocar a efetivação do art. 221, da Constituição Estadual, que dispõe sobre a criação de Varas da Infância e da Juventude, especializadas e exclusivas, nas co-

marcas de entrância final.

Contribuir para a redução da violência contra a criança e o adolescente, combatendo inclusive a prostituição infanto-juvenil.

#### **Área de defesa da pessoa portadora de deficiência**

Intervir no sentido da realização do censo da pessoa portadora de deficiência no Estado, objetivando apurar, também, as necessidades de cada localidade quanto à ensino especial, transporte, atendimento médico-hospitalar e acesso ao trabalho.

Velar pelo cumprimento do art. 93, da Lei nº 8.213/91, que estabelece a obrigatoriedade, para as empresas com cem ou mais funcionários, da contratação de um percentual de 2 a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas; assim como pela efetivação das vagas reservadas no serviço público municipal e estadual.

Interferir objetivando a reativação do Conselho Estadual de Educação, Habilitação ou Reabilitação e Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, bem como a criação dos Conselhos Municipais da Pessoa Portadora de Deficiência.

#### **Área de defesa da segurança e saúde do trabalhador**

Intervir preventivamente para garantia de meio ambiente de trabalho sadio e em conformidade com as normas legais preventivistas, procedendo-se ao levantamento de áreas críticas e estabelecendo prioridades de ação.

Intentar ações reparatórias, acidentárias, penais e civis públicas destinadas à defesa da segurança e saúde do trabalhador.

#### **Área de defesa do patrimônio público**

Direcionar a atuação do Ministério Público para a investigação, via inquérito civil, de atos dos agentes públicos e de particulares, suspeitos de violação dos princípios da moralidade e economicidade nos investimentos e gastos públicos, propondo as ações penais e civis reparadoras de danos.

Celebrar convênio com a Secretaria de Estado da Fazenda objetivando o combate aos delitos de sonegação fiscal, instituindo corpo de peritos contábeis a serviço do Ministério Público, com abrangência em todo o Estado.

#### **Área de defesa do meio ambiente**

Identificar, para controle, áreas críticas de poluição.

Implementar a preservação ou reposição de matas ciliares e reservas legais, bem como a fiscalização de manejo florestal.

Fiscalizar a comercialização e utilização de agrotóxicos, e adotar as medidas necessárias à implantação de aterros sanitários para depósito de lixo urbano e hospitalar.

Interferir em todos os municípios para o cumprimento da exigência legal pertinente à elaboração de plano diretor, bem assim incentivar a criação dos Conselhos Municipais do Meio Ambiente.

#### Área de defesa do consumidor

Incentivar a criação dos PROCON's Municipais, conforme previsão do Decreto nº 861/93. Priorizar a integração com o PROCON Estadual e Municipais, transferindo-lhes os atendimentos individuais, cabendo ao Ministério Público orientar, referendar acordos celebrados e propor as ações civis públicas para a proteção coletiva dos consumidores, dando ênfase no combate aos loteamentos ilegais e clandestinos, à caracterização e demais formas de abuso nas relações de consumo.

#### Área eleitoral

Intervir em todas as fases dos trabalhos eleitorais, de modo a que haja efetivo cumprimento da função institucional de defesa do regime democrático, prevista na Constituição Federal.

Imprimir maior amplitude de atuação em matéria eleitoral, priorizando procedimentos de fiscalização para coibir práticas de abuso do poder econômico.

Essas idéias, assim, compõem parte essencial de uma filosofia em torno da qual se pretende restem aglutinadas nossas futuras ações, observado que cada um dos tópicos expostos será objeto de especificação e detalhamento, tarefa a ser desenvolvida, como de regra, com a participação de todos os agentes do Ministério Público do Estado do Paraná.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO  
GABINETE N° 0121

Curitiba, 21.02.94.

Senhor Governador.

Com a mais elevada honra e cumprindo o disposto no artigo 116 da Constituição do Estado do Paraná, e para os fins previstos nos artigos 6° e 7° da Lei Estadual nº 9.199, de 18 de janeiro de 1990, encaminho a Vossa Excelência lista tríplice composta dos nomes dos eminentes Procuradores de Justiça, doutores Olympio de Sá Sotto Maior Neto, Luiz Chemim Guimarães e Luiz José dos Santos Lima, escolhidos em eleições realizadas na data de hoje por todos os integrantes do Ministério Público, conforme expediente anexo, oriundo da respectiva Comissão Eleitoral.

Outrossim, quero deixar consignado a Vossa Excelência em nome do Ministério

Curitiba, terça, em 15.03.94

Público, o reconhecimento pelo seu alto espírito democrático e de inequívoco respeito e prestigiamento a esta Instituição permanente e essencial à função jurisdicional.

Por oportuno, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de distinta estima, a par de especial deferência.

Atenciosamente.

(a) LUIZ CARLOS DELAZARI

Procurador Geral de Justiça

A Sua Excelência o Senhor

ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA

Governador do Estado do Paraná

Palácio Iguaçu

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Curitiba, 22.02.94.

Senhor Procurador-Geral.

Tem este o intuito de comunicar a Vossa Excelência que, nos termos da Resolução nº 1.496/93, desta douta Procuradoria-Geral de Justiça, em data de 21 de fevereiro do fluente ano, no auditório "Ary Florêncio Guimarães", na sede desta Instituição, foram realizados os trabalhos concernentes à formação da lista tríplice, visando a escolha de Procurador-Geral de Justiça.

Informo-lhe, outrossim, que após o escrutínio foram apurados 261 (duzentos e sessenta e um) votos para o Procurador de Justiça, Doutor Olympio de Sá Souto Maior Neto, 164 (cento e sessenta e quatro) votos para a Procurador de Justiça, Doutor Luiz Chemim Guimarães, 158 (cento e cinquenta e oito) votos para o Procurador de Justiça, Doutor Luiz José dos Santos Lima, 152 (cento e cinquenta e dois) votos para o Procurador de Justiça, Doutor Renê Kravetz, 27 (vinte e sete) votos para o Procurador de Justiça, Doutor Ubirajara Índio do Brasil Ferreira de Araújo e 20 (vinte) votos para o Promotor de Justiça, Doutor Paulo Cesar Milani de Moura, tendo sido constatado 01 (um) voto em branco e 01 (um) voto nulo.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência as minhas manifestações de alta estima, a par de significativo apreço.

(a) LUCIANO BRANCO LACERDA

Procurador de Justiça e Presidente

da Comissão Eleitoral

A Sua Excelência o Senhor

LUIZ CARLOS DELAZARI

Procurador-Geral de Justiça do

Estado do Paraná

Neste Edifício

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Plenário.

Solicito a atenção dos Senhores Deputados para os esclarecimentos que iremos fazer antes de iniciarmos a discussão e votação da matéria.

Esta presidência esclarece ao Plenário que, para a discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/94, adotará o disposto nos artigos 218 a 222, do capítulo VI - Título V, do Regimento Interno, como segue:

- I - Os oradores deverão inscrever-se antes do início da discussão e do encaminhamento de votação, respectivamente;
- II - Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de quinze minutos;
- III - No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos;
- IV - Os apartes, permitidos pelo orador, não poderão exceder a três minutos. E não serão permitidos no encaminhamento da votação."

A votação será por escrutínio secreto e ao ser chamado pelo Senhor Secretário, o Deputado deverá se dirigir à Mesa onde receberá sobrecarta, a seguir, dirigir-se à cabine indevassável a direita da Mesa, em cujo interior encontrará cédulas de votação contendo as expressões "SIM" e "NAO".

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo, deverão se manifestar votando com as cédulas que contenham a expressão "SIM".

Os contrários à aprovação do nome proposto, deverão se manifestar utilizando para votação as cédulas que contenham a expressão "NAO".

Após haver feito sua opção de voto o Deputado deverá colocar a cédula na sobrecarta e depositá-la na urna que se encontra sobre a Mesa.

Esta Presidência deseja salientar que para aprovação do projeto de decreto legislativo, serão necessários que vinte e oito (28) Deputados votem "SIM", conforme determina o Regimento Interno.

Está, portanto, em discussão a matéria.

Para discutir a matéria, com a palavra o Deputado Oswaldo Trevisan por quinze minutos.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, convidados que aqui comparecem, imprensa em mais uma tarde bastante significativa para esta Assembléia Legislativa, para o Estado do Paraná, para o Poder Judiciário e especialmente para a Promotoria Pública que, através de seus pares, por grande maioria, escolheu como primeiro, numa lista tríplice, numa eleição democrática, o nome do Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto.

Cumprindo os seus compromissos de-

mocráticos e observando também o Artigo 116 da Constituição do Estado do Paraná, o Governador Roberto Requião encaminhou a esta Casa a mensagem, propondo portanto o nome do Dr. Olympio de Sá Sotto Maior como o novo Procurador Geral de Justiça para o mandato de dois anos.

É o que cabe a esta Casa, na tarde de hoje, examinar em discussão única o Projeto de Decreto Legislativo nº 1/94, que aprova portanto o nome do Dr. Olympio para o cargo de Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná.

Dr. Olympio, escolhido por seus pares, numa grande votação, indicado pelo Governador Roberto Requião, certamente, receberá na tarde de hoje, maciça aprovação, tanto pela sua votação mas também pela sua história de trabalho e pelas suas propostas de trabalho dentro da Procuradoria Geral de Justiça do Paraná.

Examinando rapidamente alguns tópicos da proposta de programa institucional, que todos os Srs. Deputados têm em mãos, nós lembramos da importância das recentes inovações agregadas ao ordenamento jurídico que fizeram por configurar o Ministério Público, como instituição de primeira grandeza, elevando em dignidade a atuação de seus agentes e convocando-os como efetivos defensores da sociedade.

É importante também lembrar que no contexto das diretrizes e prioridades é que surge uma base teórica e ideologicamente bem definida.

O compromisso do Ministério Público, na busca da isonomia material e conseqüente opção preferencial em favor dos que estão impedidos de exercício dos direitos elementares a cidadania em defesa daqueles que não têm voz, é portanto o baluarte, é a voz daqueles que não a têm e daqueles que buscam os direitos da cidadania.

É importante também a preocupação do Ministério Público integrado articuladamente com segmentos organizados da sociedade civil e que deve se constituir em instrumento transformador da nossa realidade social colaborando para o alcance de um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que é o de instalar uma sociedade livre, justa, solidária, erradicada a pobreza e a marginalização.

Por estas razões, aliadas ao trabalho, a história de trabalho do Dr. Olympio e também aliada aos objetivos de todos aqueles que o conduziram como o primeiro de uma lista tríplice que querem também colaborar na solução dos graves problemas sociais deste país e mais a preocupação de nós termos uma justiça mais rápida, mais próxima do cidadão, permitindo que nestes objetivos da cidadania a justiça esteja próxima do cidadão seja rápida, barata e nós possamos efetivamente



assim exercer a verdadeira justiça, fazer a prestação jurisdicional, de maneira que toda a sociedade possa se servir e buscar, no Poder Judiciário, um resguardo para a sua efetiva cidadania, é que nós aqui estamos também para defender o nome do Dr. Olympio como novo Procurador de Justiça do Paraná.

Era isso Sr. Presidente, Srs. Deputados o que nós tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a matéria.

Para encaminhar concedo a palavra ao orador inscrito Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, Excelentíssimo Senhor Doutor Olympio de Sá Sotto Maior Neto, ilustres convidados nesta Casa.

Em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores nós queremos manifestar o nosso apoio à indicação do Senhor Governador do Estado para o cargo de Procurador Geral de Justiça. Fazemos isso não apenas porque o Doutor Olympio recebeu democraticamente o apoio da instituição a que integra, mas nos alegra fundamentalmente perceber que os Promotores de Justiça no Estado do Paraná tomam com a indicação do Doutor Olympio um posicionamento de vanguarda, progressista com relação a sua própria função e com relação às suas atribuições para com a sociedade e as demais instituições.

Penso que a indicação do Doutor Olympio é algo que engrandece as instituições do Paraná. Quem conhece o Doutor Olympio sabe que embora jovem obteve por méritos galgar as já mais elevadas posições dentro do Ministério Público, e agora também recebe o "referendum" de sua categoria para ocupar o posto mais elevado na instituição.

O Doutor Olympio, nós sabemos, tem se caracterizado como um exemplo perante os Promotores. Profundamente comprometido com a justiça social o Doutor Olympio traz também no seu passado, na sua vida pessoal e profissional a marca de um cidadão que faz da ética algo que não se transige no seu comportamento.

Quero também neste momento em que prestamos o nosso apoio à indicação do Doutor Olympio registrar que pela primeira vez em que fazemos e, votamos a indicação do cargo de Procurador Geral de Justiça, fizemos esta votação acompanhada de um compromisso chamado: proposta de programa institucional. E não poderíamos deixar de registrar com satisfação, nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores, a preocupação e o compromisso do Ministério Público para que os direitos elementares da cida-

dania sejam efetivamente objeto de uma busca permanente, determinada e constante para que se materializem de fato.

O Brasil é pródigo em leis e enuncia-dos constitucionais, legais, de proteção ao cidadão, especialmente ao cidadão mais pobre.

Todavia, na prática, temos visto constantemente violados esses cidadãos. Temos um código que protege a criança e o adolescente, mas nas ruas a realidade é outra. Temos um código que proclama a igualdade entre os cidadãos, mas ainda neste país somos os campeões mundiais das desigualdades sociais, onde o cidadão vale pelo que tem e não pelo que é.

Somos um país campeão também na violação dos direitos humanos, dos direitos civis, e somos ainda, infelizmente, parte de escândalos com repercussão mundial que noticiam cotidianamente a corrupção e a dilapidação do patrimônio público.

Por isso, Doutor Olympio, temos a certeza que sua missão será espinhosa, mas também a convicção de que a coragem, a independência e os compromissos ideológicos que Vossa Excelência assume em toda a sua trajetória fará com que o Ministério Público no Estado do Paraná esteja na vanguarda da defesa dos direitos do cidadão e do patrimônio público.

Boa sorte e bom trabalho durante o seu mandato.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto de Decreto Legislativo n° 01/94.

O SR. OSWALDO TREVISAN (Pela Ordem) - É para pedir a Vossa Excelência para registrar e a pedido de meus companheiros de Bancada que o meu discurso, feito há pouco, foi feito em nome da Liderança, foi feito pela Liderança do Governo e também em nome da Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

Não havendo mais oradores inscritos para encaminhar a votação, nós passaremos, de imediato, à votação da matéria.

Esta Mesa pretende corrigir informação que prestou ao Plenário e que não corresponde com a realidade do Regimento: a Mesa informou que para ser aprovado são necessários vinte e oito (28) votos SIM.

Não é a verdade verdadeira.

(Lê): "Art. 218 - A Assembléia Legislativa deliberará em discussão única por maioria dos Deputados presentes, em votação secreta".

Feita a correção, passaremos à chamada nominal dos Senhores Deputados.



O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, poderia encaminhar a votação?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Já encerramos o encaminhamento, Senhor Deputado.

O Sr. 1º Secretário, Deputado Luiz Carlos Zuk, para a chamada dos Senhores Deputados.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 01/94, de autoria da Comissão Executiva, que aprova o nome do Doutor Olympio de Sá Sotto Maior Neto para o cargo de Procurador Geral de Justiça, deverão votar com a cédula "SIM", e os contrários com a cédula "NAO".

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Zuk) -  
Procede à Chamada Nominal dos Senhores Deputados.

Votaram 41 (quarenta e um) Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência designa comissão composta pelos Senhores Deputados Toti Colaço, Paulo Maia, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Erondy Silvério e Cezar Silvestri para que procedam à contagem dos votos, ao escrutínio das cédulas contidas na urna.

Enquanto processamos a contagem dos votos, esta Presidência, atendendo a solicitação do Deputado Geraldo Cartário Ribeiro, comunica mais uma vez aos Senhores Deputados que a Sessão Solene de entrega de Título e de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Mário Soares, Presidente da República de Portugal, será no sábado, dia 19 próximo, às 15:30 horas, neste recinto.

Votaram 41 (quarenta e um) Senhores Deputados.

Pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo votarem (05) cinco Senhores Deputados.

Pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo, votaram 36 (trinta e seis) Senhores Deputados.

Está Aprovado o Projeto.

**Palmas.**

Esta Presidência informa que esse Projeto será enviado a Sua Excelência o Governador Roberto Requião devidamente autografado pela mesa da Assembléia Legislativa, através de ofício que enviaremos ao Governador.

Tendo em vista a aprovação, concedemos a palavra ao Doutor Olympio Sotto Maior para que o mesmo dirija algumas palavras

aos Senhores Deputados conforme é de Vossa vontade.

O SR.OLYMPIO SOTTO MAIOR - Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Orlando Pessuti, demais Deputados que compõem a Mesa Executiva, Senhores Deputados, autoridades, membros do Ministério Público do Estado do Paraná.

O registro inicial que quero fazer é no sentido de que esta Sessão Especial se reveste para mim de contornos de extrema emoção.

Em primeiro lugar, porque este momento de indiscreto felicidade se dá exatamente nesta Casa de Leis, que me traz a intensa lembrança daquele que foi o meu grande instrutor para as coisas da vida, o meu pranteado pai, Hélio Guimarães Sotto Maior, funcionário público dedicado até a sua aposentadoria compulsória aos trabalhos junto a esta Casa Legislativa.

Não obstante não esteja ele presente fisicamente nesta Sessão, sinto comigo aquele que sempre me serviu como guia e protetor.

Emociona-me também o voto de confiança ora manifestado pelos Senhores Deputados que, ao aprovar a indicação feita pela classe dos membros do Ministério Público e feita também pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, deposita em minha pessoa a confiança para a materialização daquilo que já está indicado no programa que consta da ordem do dia como um dos objetivos do Ministério Público do Estado do Paraná.

Aproveito, então, a oportunidade para, neste clima de fraternidade, reafirmar o compromisso de levar a cabo uma política institucional voltada aos interesses da grande maioria da população paranaense com a visão clara de que defender a sociedade implica efetuar a defesa prioritária daqueles que são oprimidos e explorados, daqueles que são impedidos do exercício pleno da cidadania.

Por isso mesmo, a proposta de programa institucional indicou como base teórica e ideológica a busca da igualdade, a busca da isonomia material, de um atuar do Ministério Público destinado à salvaguarda dos direitos elementares da pessoa humana da possibilidade de plena cidadania daqueles que hoje se encontram à margem dos benefícios produzidos pela sociedade e impossibilitados de vida digna.

Em assim atuando, o Ministério Público do Estado do Paraná estará respondendo aos comandos constitucionais escritos nesta mesma Casa Legislativa que fez por indicar o Artigo 114 da Constituição Estadual ser o Ministério Público uma instituição per-

manente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

É o compromisso de cumprir também com as funções institucionais que os Senhores Deputados escreveram para o Ministério Público, especialmente a de zelar pelo efetivo respeito por parte dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta constituição, bem como paralelamente com a função institucional privativa do oferecimento e da instauração das ações penais, também instaurar e interpor as ações civis-públicas necessárias à salvaguarda dos interesses coletivos e difusos da sociedade paranaense.

O levar a cabo esta empreitada, tenho a certeza dependerá significativamente do estreitamento das relações entre o Ministério Público e o Poder Legislativo. Até porque, se formos analisar a essência de ambas as instituições, encontraremos o Ministério Público quase que como um braço jurídico do Poder Legislativo.

Se ao Poder Legislativo incumbe a elaboração das leis, e se ao Ministério Público incumbe a fiscalização do exato cumprimento das leis, estaremos nós, com certeza, caminhando no mesmo rumo, na mesma trilha que indica a perspectiva da instalação de uma sociedade progressivamente melhor e mais justa.

Finalmente, ao tempo em que vejo aqui colegas, companheiros desta campanha a nível interno da instituição, mas que ao mesmo tempo vejo também aqui colegas, que por opção democrática estiveram acompanhando outros candidatos, devo fazer o registro da minha alegria de ver desde logo materializada uma das metas prioritárias no nosso programa institucional que era ver restabelecida a unidade do Ministério Público, porque assim fortalecidos poderemos nós membros do Ministério Público co-

locar instrumentos à disposição da sociedade paranaense para que aqui se possa alcançar um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, que é o de instalar uma sociedade livre, justa e solidária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência, em nome do Poder Legislativo, que através da maioria dos Senhores Deputados que compõe esta Casa, 2/3 que compõe esta Casa, se manifestou favoravelmente à indicação do Dr. Olympio Sotto Maior para o cargo de Procurador Geral da Justiça, quer manifestar a solidariedade e votos de que V.Exa, à frente daquela instituição, tenha todo êxito em favor do desempenho da função para a qual foi escolhido hoje e principalmente para que a população do Paraná realmente possa ter atingido os seus objetivos em termos do trabalho do Ministério Público.

Esta Assembléia já se manifestou pelo voto e nós agora, em nome do Poder, manifestamos a V.Exa. votos de uma profícua gestão à frente da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 597 e 641/93.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 044, 350, 547 e 687/93; 018, 019, 021, 023, 024, 026, 028, 031, 036, 037, 041, 046, 048 e 058/94, e do Projeto de Resolução n° 003/94.

Levanta-se a sessão.